

Relatório da Administração: Senhores acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Pier Mauá S.A. submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhada do Parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nesta oportunidade a Presidência, a Diretoria e a Administração da Pier Mauá S.A. expressam os agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram à empresa, possibilitando assim o sucesso da Pier Mauá no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos participantes, acionistas, clientes, fornecedores, parceiros, funcionários e colaboradores pelo empenho e dedicação, e em especial as Autoridades portuárias. Rio de Janeiro, 05 de Janeiro, 2022. **A Administração.**

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis)

Balancos patrimoniais (Em MR\$)			
	2021	2020	
Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		11.887	12.008
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.147	11.591
Contas a receber de clientes	4	2.608	367
Outros créditos		83	2
Despesas antecipadas		49	48
Não circulante		40.777	41.466
Depósitos judiciais	5	576	573
Impostos diferidos	17	743	-
		1.319	573
Imobilizado	6	341	472
Intangível	7	39.117	40.421
		39.458	40.893
Total do ativo		52.664	53.474
Passivo e patrimônio líquido		2021	2020
Circulante	Nota	5.570	4.764
Fornecedores	8	179	101
Obrigações trabalhistas	9	270	270
Obrigações tributárias	9	1.020	675
Dividendos a pagar	12.3	1.627	1.627
Outras contas a pagar		461	31
Compromisso com poder concedente	10	2.013	2.060
Não circulante		12.376	11.562
Provisão para demandas judiciais e administrativas	11	2.228	1.422
Obrigações tributárias	9	-	158
Compromisso com poder concedente	10	10.148	9.982
Patrimônio líquido		34.718	37.148
Capital social	12.1	20.000	20.000
Reserva legal e de lucros	12.4	14.718	17.148
Total do passivo e do patrimônio líquido		52.664	53.474

Demonstrações do resultado (Em MR\$)			
	Nota	2021	2020
(=) Receita operacional líquida	13	10.970	37.177
(-) Custo de prestação de serviços	14	(9.095)	(18.012)
		1.875	19.165
(+/-) Despesas e receitas operacionais:			
Despesas administrativas e comerciais	15	(5.268)	(6.796)
(=) Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro		(3.393)	12.369
Despesas financeiras	16	(1.573)	(1.840)
Receitas financeiras	16	1.793	506
		220	(1.334)
(=) Resultado antes das provisões tributárias		(3.173)	11.035
(-) Provisão para IR e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	-	(4.526)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	743	-
(=) Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		(2.430)	6.509

Demonstrações do resultado abrangente (Em MR\$)			
	Nota	2021	2020
Resultado do exercício		(2.430)	6.509
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		(2.430)	6.509

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em MR\$)					
	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Saldos em 31/12/2019		20.000	4.000	13.854	37.854
Lucro líquido do exercício		-	-	6.509	6.509
Dividendos mínimos obrigatórios	12.3	-	-	(1.627)	(1.627)
Dividendos adicionais	12.3	-	-	(5.588)	(5.588)
Saldos em 31/12/2020		20.000	4.000	13.148	37.148
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(2.430)	(2.430)
Saldos em 31/12/2021		20.000	4.000	10.718	34.718

separadamente das despesas operacionais e são registradas no exercício em que incorrerem. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada. **c) Contas a receber de clientes:** As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos vencidos e a vencer conforme orientação constante da IFRS 15, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 120 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente. **d) Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo histórico de aquisição e/ou formação. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa no 6 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e o período de concessão diante a CDRJ, dos dois o menor. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Somente os bens não reversíveis ao concessionário, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como ativo imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27 - Ativo imobilizado. Os bens reversíveis adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como infraestrutura de concessão como ativo intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém, no Contrato de Concessão, que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. **e) Intangível:** A Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão. Considerando as características do contrato de concessão a base para o registro do direito de concessão e da infraestrutura é o CPC 04 - Ativo Intangível. **f) Direito de exploração (outorga) e infraestrutura:** A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um direito de exploração da área arrendada pela CDRJ. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga. A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Companhia, pois, o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura. **g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** De acordo com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor recuperável de ativos, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Em 31/12/2021, não foram identificados indicadores de *impairment* sobre esses ativos. **h) Compromissos com o poder concedente:** O poder concedente, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa e variável está registrada sob a denominação "Compromissos com o poder concedente" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de um ano (12 meses), descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras. **(h.1) Outorga - Contribuição fixa:** A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão é no valor de R\$ 37.182 mil, dividido em 32 parcelas anuais iguais e consecutivas, com a data-base de dezembro de 2016 corrigidas pelo IGP-M e serão depositadas anualmente na conta corrente indicada pela Autoridade Portuária até o quinto dia útil do mês de maio do ano subsequente. Esta obrigação foi registrada a valor presente a taxa de desconto de 10,00% a.a. A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, é registrada no resultado do exercício como despesa financeira. **(h.2) Outorga - Contribuição variável:** O poder concedente determina também uma contribuição variável calculada sobre o total das receitas brutas, tarifárias e não tarifárias da Companhia. A título de recuperação de investimentos da CDRJ em infraestrutura. O percentual aplicado é de 20% do preço máximo autorizado pela atividade de embarque, desembarque e trânsito de passageiros de navios de cruzeiros e de embarcações de turismo náutico, de lazer e recreio, na Espama. O pagamento desta contribuição ocorre até o quinto dia útil do mês subsequente a emissão da nota fiscal apresentada pela CDRJ. E, 3% do lucro líquido ou 1,03% da receita bruta auferida, a título de remuneração variável, prevalecendo o maior entre os dois, o pagamento desta contribuição ocorre até o quinto dia útil do mês de maio do ano subsequente, e após a entrega das Demonstrações Contábeis auditadas até o dia 30 de abril de cada ano. **i) Tributação: Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: • Imposto Sobre Serviços (ISS) - alíquotas de 5%; • Programa de Integração Social (PIS) alíquota 0,65% lucro presumido, e de 1,65% Lucro Real; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) alíquota 3,00% lucro presumido e de 7,60% Lucro Real. **Impostos sobre o lucro:** Para o exercício de 2021 o regime de tributação adotado pela companhia foi o lucro real estimativa e o exercício de 2020 o regime de tributação foi o lucro presumido, ambos regimes se aplicando as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **j) Ativos contingentes e provisão para demandas judiciais** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos são as seguintes: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos com exatos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • **Passivos:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis de desembolso de caixa futuro e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos avaliados como sendo de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados. **k) Fornecedores:** Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais. **l) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as

Demonstrações dos fluxos de caixa (Em MR\$)		
	2021	2020
Resultado líquido antes das provisões tributárias	(3.173)	11.035
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	2.349	2.294
Provisão para demandas administrativas e judiciais	806	1.083
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(98)	(46)
Decréscimo/(acréscimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	(2.143)	10.089
Impostos a recuperar	(79)	-
Outros créditos	(2)	6
Despesas exercício seguinte	-	(6)
Depósitos judiciais	(3)	(82)
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	77	(76)
Obrigações trabalhistas e tributárias	188	(3.611)
Outras contas a pagar	430	(22)
Compromisso com poder concedente	118	(1.712)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-	(4.526)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	(1.530)	14.426
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizados e intangíveis	(914)	(3.466)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(914)	(3.466)
Das atividades de financiamentos com acionistas		
Distribuição de dividendos	-	(10.000)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamentos com acionistas	-	(10.000)
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.444)	960
No início do exercício	11.591	10.631
No final do exercício	9.147	11.591
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.444)	960

melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **m) Instrumentos financeiros reconhecimento inicial e mensuração:** A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: a) ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado. **Ativos e passivos financeiros - reconhecimento e desconhecimento:** A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros - mensuração:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: • O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. • Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: • O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descausamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo. **Passivos financeiros - mensuração:** Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. **Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **n) Novas normas, alterações e interpretações de normas:** A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31/12/2021. **2.2.1. Novos pronunciamentos, interpretações e alterações:** A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31/12/2021, não geram impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia. • Alteração do IFRS16 - CPC06 (R2) - Operação de Arrendamento Mercantil; • Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; • Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3); • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

3. Caixa e equivalentes de caixa			
	2021	2020	
Caixas	4	3	
Bancos conta movimento	27	8	
Aplicações financeiras	9.116	11.580	
	9.147	11.591	
Caixa e equivalentes de caixa incluem em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de aplicações financeiras está representado substancialmente por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os certificados de depósitos bancários embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração.			
4. Contas a receber	2021	2020	
Clientes	2.675	532	
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(67)	(165)	
Total contas a receber	2.608	367	
A abertura do saldo a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:			
	2021	2020	
A vencer até 30 dias	2.608	432	
Vencidos de 1 a 120 dias	-	15	
Vencidos a mais de 120 dias	67	85	
	2.675	532	
5. Depósitos judiciais	2021	2020	
Pis exigibilidade suspensa	38	37	
COFINS exigibilidade suspensa	175	172	
Fundaf exigibilidade suspensa	64	64	
Bloqueios judiciais processos trabalhistas	153	153	
Outros	146	147	
	576	573	
6. Imobilizado	Vida útil (em anos)	Saldo em 2021	Saldo em 2020
Móveis e utensílios	10	1.611	1.598
Computadores e periféricos	5	1.037	1.021
Veículos	5	88	88
Total imobilizado		2.736	2.707
Depreciação acumulada		(2.395)	(2.235)
Ativo imobilizado líquido		341	472
Taxa de depreciação: A Companhia efetuou a revisão da vida útil de seus principais ativos e concluiu que não existem diferenças relevantes na taxa de depreciação utilizadas atualmente.			

6.1. Movimentação do custo do ativo imobilizado

	Saldo em 2020			Saldo em 2021
	Adições	Baixas		
Móveis e utensílios	1.598	13	-	1.611
Computadores e periféricos	1.021	16	-	1.037
Veículos	88	-	-	88
Total	2.707	29	-	2.736
	Saldo em 2019			Saldo em 2020
	Adições	Baixas		
Móveis e utensílios	1.598	-	-	1.598
Computadores e periféricos	951	70	-	1.021
Veículos	88	-	-	88
Total	2.637	70	-	2.707

6.2. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado

	Saldo em 2020			Saldo em 2021
	Adições	Baixas		
Móveis e utensílios	(1.416)	(58)	-	(1.474)
Computadores e periféricos	(756)	(84)	-	(840)
Veículos	(63)	(18)	-	(81)
Total	(2.235)	(160)	-	(2.395)
	Saldo em 2019			Saldo em 2020
	Adições	Baixas		
Móveis e utensílios	(1.347)	(69)	-	(1.416)
Computadores e periféricos	(672)	(84)	-	(756)
Veículos	(45)	(18)	-	(63)
Total	(2.064)	(171)	-	(2.235)
	Período de amortização	Saldo em 2021	Saldo em 2020	
Software e sistemas	5 anos	227	227	
Licença de uso	5 anos	130	116	
Outorga de concessão	30,6 anos	15.325	14.462	
Bens de concessão em uso	30,6 anos	49.658	49.650	
Escritório 2º andar prédio Banerj	30,6 anos	1.066	1.066	
Total		66.406	65.521	

Obras e projetos em execução:

Armazém-5 (1)	2.910	-	-	2.910
Praças (2)	3.355	-	-	3.355
Total	6.265	-	-	6.265

Subtotal custo do ativo intangível

Amortização acumulada	(33.354)	-	-	(31.365)
Intangível líquido	39.117	-	-	40.421

7.1. Movimentação do custo do ativo intangível

	Custo - 2021			Custo - 2020
	Adições	Baixas		
Software e sistemas	227	-	-	227
Licença de uso	116	14	-	130
Outorga de concessão	14.462	863	-	15.325
Bens de concessão em uso	49.650	8	-	49.658
Escritório 2º andar prédio Banerj	1.066	-	-	1.066
Total	65.521	885	-	66.406

Obras e projetos em execução:

Armazém 5 (1)	2.910	-	-	2.910
Praças (2)	3.355	-	-	3.355
Total	6.265	-	-	6.265

Subtotal custo do ativo intangível

Amortização acumulada	(33.354)	-	-	(31.365)
Intangível líquido	39.117	-	-	40.421

7.2. Movimentação da amortização do ativo intangível

	2021			2020
	Adições	Baixas		
Software e sistemas	227	-	-	227
Licença de uso	116	14	-	130
Outorga de concessão	14.462	863	-	15.325
Bens de concessão em uso	49.650	8	-	49.658
Escritório 2º andar prédio Banerj	1.066	-	-	1.066
Total	65.521	885	-	66.406

Obras e projetos em execução:

Armazém 5	443	2.467	-	2.910
Praças	3.355	-	-	3.355
Total	68.389	3.397	-	71.786

(1) Por conta da suspensão da temporada de cruzeiros causada pela pandemia de COVID-19, a Companhia entrou com solicitação junto ao poder concedente, para a suspensão dos investimentos previstos no contrato de concessão para 2021, foi acatada a solicitação e a companhia foi liberada temporariamente da obrigação em relação aos investimentos em 2021, por meio do ofício Nº 238/2021/GABSNTA/SNTA e aprovado no despacho decisório Nº 41/2021/SNTA; (2) Investimentos na construção de praças que representam 31,4% o valor originalmente previsto no projeto Executivo.

7.2. Movimentação da amortização do ativo intangível

	2021			2020
	Adições	Baixas		
Software e sistemas	(189)	(17)	-	(206)
Licença de uso	(35)	(23)	-	(58)
Outorga de concessão	(2.905)	(1.299)	-	(4.204)
Bens de concessão em uso	(27.869)	(825)	-	(28.694)
Escritório 2º andar prédio Banerj	(367)	(25)	-	(392)
Total	(31.365)	(2.189)	-	(33.554)
	2019			2020
	Adições	Baixas		
Software e sistemas	(172)	(17)	-	(189)
Licença de uso	(13)	(22)	-	(35)
Outorga de concessão	(1.650)	(1.255)	-	(2.905)
Bens de concessão em uso	(27.076)	(793)	-	(27.869)
Escritório 2º andar prédio Banerj	(331)	(36)	-	(367)
Total	(29.242)	(2.123)	-	(31.365)

8. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais (1)	179	101
Total fornecedores	179	101

(1) Fornecedores nacionais representados substancialmente por valores a vencer em até 30 dias.

9. Obrigações tributárias e trabalhistas

	2021	2020
Provisão para férias e encargos	170	180
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	77	79
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	23	11
Total obrigações trabalhistas	270	270
Impostos Sobre Serviço (ISS)	295	6
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	807	13
Programa de Integração Social (PIS)	85	3
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	58	60
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	176
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	69
Parcelamento - IPTU	158	492
Outros	17	14
Total obrigações tributárias	1.020	833
Circulante	1.020	675
Não circulante	-	158
Total obrigações trabalhistas e tributárias	1.020	833

10. Compromisso com o poder concedente: As obrigações reconhecidas no passivo circulante referem-se à contribuição variável e a contribuição fixa do exercício findo em 31/12/2021. A parcela da contribuição fixa é corrigida monetariamente com base no IGPM compreendido no período:

	2021	2020
Contribuição fixa - Outorga	35.592	33.915
Contribuição variável - Outorga	794	418
Ajuste valor presente - AVP	(21.225)	(22.291)
Total	12.161	12.042
Circulante	2.013	2.060
Não circulante	10.148	9.982

11. Provisão para demandas judiciais: A Companhia possui ações de naturezas cível, trabalhista e tributária envolvendo riscos de perda, classificados pela administração como possíveis e prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir. Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas provisões e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em discussão. As declarações de rendimentos estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

	2021	2020
Trabalhistas	352	330
Cíveis	9	226
Tributária	866	866
Administrativo	1.001	-
Total	2.228	1.422
Depósitos judiciais - Trabalhistas	(576)	(573)
Total	1.652	849

Adicionalmente, existem processos de demandas judiciais tributárias e administrativas no montante total R\$ 3.133 (R\$ 4.074 em 31 de dezembro de 2020), cuja probabilidade de perda foi considerada possível pelos advogados da Companhia, e para os quais não foi constituída provisão.

11.1. Movimentação da provisão para demandas judiciais

	Trabalhistas		Tributária		Administrativa		(-) Depósitos Judiciais	Valor total
	2020	2021	2020	2021	2020	2021		
Saldo em 2020	330	226	866	-	-	-	(573)	849
Adições (reversões)	22	(217)	-	1.001	-	-	(3)	803
Saldo em 2021	352	9	866	1.001	-	-	(576)	1.652

12. Patrimônio líquido: 12.1. Capital social: O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 20.000, e está representado por 6.666 ações ordinárias nominativas e 13.334 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

	2021	2020
Aba Infraestrutura e Logística Ltda.	50,00	10.000
Infrasul Infraestrutura e Empreendimentos Ltda.	50,00	10.000
Total	100,00	20.000

12.2. Reservas estatutárias: Reserva legal - 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito, como segue:

	2021	2020
Reserva legal	1.000	1.000

Saldo em 31/12/2020

Lucro líquido do exercício	-
Capital social subscrito	20.000
Limite Legal	20%
Constituição reserva no exercício	-
Saldo em 31/12/2021	4.000

12.3. Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	(2.430)	6.508
Deduções: Reserva legal constituída	-	-
Base de cálculo dos dividendos	(2.430)	6.508
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	1.627
Dividendos adicionais propostos	-	5.588
Soma dividendos propostos	-	7.215
Liquidados no respectivo exercício	-	(5.588)
Total de dividendos a pagar	1.627	1.627

O saldo de dividendos a pagar aos acionistas de R\$ 1.627 refere-se ao do exercício encerrado em 31/12/2020, que teve seu pagamento suspenso, como forma a reduzir o impacto financeiro da companhia, que adotou medidas, dentre as quais destacam-se a postergação do pagamento de dividendos motivados, especialmente em decorrência, da Covid-19 com a paralização das operações portuárias.

	2021	2020
Reserva legal	4.000	4.000
Reserva de retenção de lucros	10.718	13.148
Total	14.718	17.148

13. Receita operacional líquida

	2021	2020
Armadores mercado interno	4.609	22.075
Armadores mercado externo	609	5.042
Locações de espaços nos armazéns	6.630	7.108
Movimentação de bagagens	893	3.481
Serviços operacionais	-	2.869
Total receita operacional bruta	12.741	40.575
Devoluções e cancelamentos	(386)	(423)
ISS	(327)	(1.747)
PIS e COFINS	(1.058)	(1.228)
Total	(1.771)	(3.398)
10.970	37.177	

14. Custo da prestação de serviços

	2021	2020
Pessoais e respectivos encargos	(3.441)	(5.836)
Serviços contratados de terceiros	(1.939)	(4.192)
CDRJ	(774)	(4.863)
Depreciação e amortização	(893)	(870)
Amortização outorga fixa	(433)	(418)
Energia elétrica	(1.137)	(1.523)
Água e esgoto	(103)	(883)
Seguros	(147)	(135)
Manutenção	(218)	(192)
Outros custos gerais	(221)	(235)
Reversões e créditos fiscais	211	1.135
Total custo dos serviços prestados	(9.095)	(18.012)

15. Despesas administrativas e comerciais

	2021	2020
Serviços consultoria e assessoria	(1.840)	(3.058)
Pessoais e respectivos encargos	(877)	(790)
Tributos e contribuições	(812)	(753)
Remuneração da Administração	(549)	(627)
Gastos gerais	(228)	(230)
Depreciação e amortização	(159)	(171)
Perdas no recebimento de créditos	-	(170)
Ocupações e utilidades	(147)	(195)
Provisão para demandas judiciais	(1.022)	(1.223)
Reversão de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	98	216
Reversão demandas judiciais, trabalhistas e administrativas	268	205
Total despesas administrativas	(5.268)	(6.796)

15.1. Honorários da diretoria: Os administradores são remunerados na forma de pró-labore pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos administradores, incluindo gratificações e outros benefícios, é apresentado na rubrica de "Despesas administrativas" nas demonstrações do resultado no montante de R\$ 549 (R\$ 627 em 2020).

16. Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Rendimentos de aplicação financeira	325	369
Juros ativos	11	4
Descontos obtidos (1)	1.365	22
Outras	92	111
Total receitas financeiras	1.793	506
Ajuste valor presente - direito de concessão	(1.065)	(1.045)
Atualização monetária outorga fixa	(304)	(445)
Outros	(204)	(350)
Total despesas financeiras	(1.573)	(1.840)
Despesas e receitas financeiras e líquidas	220	(1.334)

(1) Desconto obtido decorrente da redução de 70% da parcela anual das obrigações pecuniárias previstas na cláusula sétima do 5º (quinto) termo aditivo do contrato de arrendamento CDEPJUR 100/97, por 12 meses conforme nota técnica 27/2021/CGPD/DGCO/SNTA processo 50000.017450/202-61 do Ministério da Infraestrutura - Coordenação-Geral de Gestão de Contratos em Portos Delegados expedida em 22 de março de 2021.

17. Reconc